

Autuado por Tairo Batista Esperança em 15/04/2021 20:01:51. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022

A seguir, relacionamos as concessões contratadas e as em contratação, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Projeto	Modalidade	Objeto	Status	Vigência
Mercado de Santo Amaro	Concessão	Concessão para recuperação, reforma, requalificação, operação, do Mercado de Santo Amaro no município de São Paulo.	Contrato de Concessão nº 01/2019-SGM assinado em 28 de agosto de 2019.	25 (vinte e cin∞) anos
Complexo do Pacaembu	Concessão	Concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu.	001/SEME/2019 assinado	
1º Lote de Concessão de Parques Urbanos	Concessão	Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos Parque Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como a execução de obras e serviços de engenharia.	accinado em 20 de	35 (trinta e cinco) anos
Serviço de Estacionamento Rotativo Municipal	Concessão	Concessão onerosa para exploração, por particulares, do serviço de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município de São Paulo.	IOOS/SMT/2020 accinedo	15 (quinze) anos
Cemitérios	Concessão	Concessão dos serviços de gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dos) cemitérios e crematórios públicos, e da prestação de serviços funerários no Município de São Paulo.	Licitação revogada. Em	35 (trinta e cinco) anos
Interlagos	Concessão	Concessão onerosa de uso do Complexo de Interlagos para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração.	Licitação suspensa.	25 (vinte e cinco) anos
Mercado Paulistano e Kinjo Yamato	Concessão	exploração do Mercado	Procedimento de assinatura do contrato suspenso.	25 (vinte e cin∞) anos
Baixo do Viaduto Antártica	Concessão	Antártica), para realização das	Contrato de Concessão nº 001/SUB-LA/2020 assinado em 19 de	10 (dez) anos

Documento Anexo I - Riscos Fiscais (042429631)



DE G

Autuado por Tairo Batista Esperança em 15/04/2021 20:01:51. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022

Baixo do Viaduto Lapa	Concessão	Concessão de uso, a título oneroso, de áreas localizadas nos baixos e adjacências do Viaduto Comendador Elias Nagib Breim (Viaduto Lapa), para realização das atividades obrigatórias, e, facultativamente, das atividades conômicas e eventos, bem como de implantação de instalações temporárias.	Sessão pública de licitação a ser agendada.	10 (dez) anos
Vale do Anhangabaú	Concessão	Concessão de uso, a título oneroso, de áreas situadas no Vale do Anhangabaú, para sua gestão, manutenção, preservação e ativação sociocultural	Adjudicado o objeto da licitação à primeira	10 (dez) anos
3° Lote de Concessão de Parques Urbanos	Concessão	Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção nos Parques Municipais Prefeito Mário Covas e Tenente Siqueira Campos (Trianon).	Licitação suspensa.	25 (vinte e cinco) anos
4º Lote de Concessão de Parques Urbanos	Concessão	Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção no Parque Municipal do Chuvisco		25 (vinte e cinco) anos
Cidade Tiradentes	Concessão	Uso, a Título Oneroso, de Área Denominada Gleba Santa Etelvina III B Situada na Cidade	06/01/2021.	35 (trinta e cinco) anos
Complexo do Anhembi	Concessão	Concessão Onerosa de Uso do	Adjudicado o objeto da licitação à primeira colocada em 15/01/2021. Aguardando assinatura do contrato em abril de 2021. Outorga Fixa e Variável paga à SPTuris, e Outorga Territorial paga à PMSP.	30 (trinta) anos

B. Parcerias Público-Privadas (PPPs)

supedâneo na previsão do art. 4º, inciso VI da Lei Federal nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Isto porque uma das diretrizes nas contratações de PPPs consiste na reparticão objetiva de riscos entre as partes. Destaque-se que as PPPs desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização - PMD compõem programas e ações para execução de políticas públicas que demandam especial atenção. Nesse sentido, saliente-se a necessidade de contraprestação estatal destinada à sua consecução.



Documento Anexo I - Riscos Fiscais (042429631)

SEI 6017.2021/0015309-5



lidade pode ser conferida em ANDERSON ROGERIO DE



Autuado por Tairo Batista Esperança em 15/04/2021 20:01:51. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022

No âmbito do Município de São Paulo, há, para os projetos de PPPs, a proposição de transferência dos riscos negociais mais relevantes para o parceiro privado, tais como o de construção, demanda e variações macroeconômicas. Por outro lado, configuram-se como riscos do Poder Público aqueles relativos à atuação da própria Administração Pública, como a emissão de licenças e alvarás, e os que derivam de novas obrigações por ela impostas.

Segue relação de PPPs estruturadas e em estruturação, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Projeto	Modalidade	Objeto	Status	Vigência
Piscinões	Parceria público- privada		Edital revogado. Em remodelagem.	33 (trinta o três) anos
Terminais de Ônibus	Parceria público- privada	Concessão administrativa para administração, manutenção, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo.	Previsão para Consulta Pública em 03/2021.	30 (trinta)
Geração de Energia Distribuída	Parceria público- privada	implantação, operação e manutenção de centrais para geração distribuída de energia solar fotovoltaica destinadas ao suprimento da demanda	Sessão Pública de Credenciamento e Abertura dos Envelopes realizada em 10 de fevereiro de 2021. O processo encontra-se em fase de interposição de recurso e abertura de contrarrazões.	cinco) anos

B1. PPP da Habitação

No âmbito do Programa Municipal de Habitação, objeto da Lei nº 14.517, de 2007, e modificadoras, o Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias aprovou um programa de Parcerias Público Privadas para o setor habitacional (PPP de Habitação) prevendo a

Documento Anexo I - Riscos Fiscais (042429631)



Autuado por Tairo Batista Esperança em 15/04/2021 20:01:51. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022

implantação de até 34.000 unidades habitacionais, novas ou requalificadas, acompanhadas de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços.

A execução desse programa foi atribuída à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) que, em dezembro de 2018, realizou a sessão pública do Edital de Concorrência Internacional nº COHAB-SP 001/2018, contemplando 12 Lotes distintos que compreendiam 24.950 unidades habitacionais, cujo certame foi parcialmente exitoso, com a apresentação de propostas para 6 Lotes envolvendo 13.180 unidades habitacionais em diversos locais da cidade de São Paulo.

A PPP Habitacional compõe o conjunto de programas e ações para executar a política pública de habitação, caracterizada pelo reconhecimento do fato de que as soluções de mercado não satisfazem as necessidades habitacionais da imensa maioria da população, que não possui renda suficiente para assumir todos os encargos do financiamento, mesmo quando este é ofertado nas condições do FGTS, que são as mais favoráveis do mercado.

Como resultado da 1ª fase da Parceria Público-Privada da Habitação, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) firmou, em junho de 2019, seis contratos cuias despesas totais com as contraprestações, constituídas, basicamente, da concessão de subsídios destinados a ajustar o poder de compra das famílias de baixo poder aquisitivo, remontam ao valor de R\$ 2,9 bilhões, no período de 20 anos, e com o valor máximo anual das contraprestações de R\$ 186,9 milhões.

A 2ª fase da Parceria Público-Privada da Habitação ocorreu em 2020 com a publicação Edital de Concorrência Internacional nº COHAB-SP 001/2020, que contemplava os 6 Lotes e 11.770 unidades habitacionais remanescentes do primeiro edital. A sessão pública ocorreu em junho de 2020, tendo sido apresentadas propostas para 5 Lotes que representam 9.250 unidades habitacionais, cujos contratos encontram-se na fase de formalização, remontando ao valor de R\$ 1,6 bilhões, no período de 20 anos, e com o valor máximo anual das contraprestações de R\$ 103,7 milhões.

Assim, a PPP de Habitação apresenta um total de 11 lotes e 22.430 unidades habitacionais, acompanhadas de infraestrutura, equipamentos públicos e prestação de serviços, para concessões de 20 anos, totalizando valor de R\$ 4,5 bilhões, no período de 20 $\,$ anos, e com o valor máximo anual das contraprestações de R\$ 290,6 milhões.

A PPP Habitacional prevê que o parceiro privado deverá compartilhar 20% das receitas com a venda das unidades habitacionais das faixas de renda FR11 e FR12 e do resultado bruto da exploração das áreas que serão destinadas a comércio e serviços. Essas receitas mitigarão os impactos dos riscos a seguir detalhados.

CIDADE DE in de parile opazile SÃO PAULO

Documento Anexo I - Riscos Fiscais (042429631)



Sua





documento assinado digitalmente